



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

Curso: Licenciatura em história

Cadeira: Trabalho de Fim do curso

Turno: Laboral

**Tema: A Fortaleza de Maputo como espaço de memória da
resistência anticolonial: Disputas narrativas e desafios na
salvaguarda do patrimônio histórico (1975 até a actualidade).**

Discente: Amândio Orlando Uuqueio

Maputo, Março 2026

A Fortaleza de Maputo como espaço de memória da resistência anticolonial: Disputas narrativas e desafios na salvaguarda do patrimônio histórico.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção de grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Amândio Orlando Uqueio

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Constituição do Júri:
Mestre Cláudio Mandlate

Maputo, Março de 2026

Índice	
Declaração.....	v
Dedicatória.....	vi
Agradecimentos	vii
Siglas e Acrónimos	viii
Resumo	ix
Cronologia e Periodização	x
Introdução	8
Problema de Pesquisa	9
Pergunta de partida	9
Objetivo Geral.....	10
Objetivos Específicos.....	10
Revisão de Literatura	10
Património cultural e construção da identidade nacional	10
Memória, lugares de memória e disputas narrativas.....	11
Museus, musealização e discursos expositivos.....	11
Resistência anticolonial e reinterpretação do passado	12
Património, gestão e preservação.....	12
Metodologia	13
1. Fontes e técnicas de recolha de dados.....	13
3. Tratamento e análise dos dados	14
Limitações do estudo	14
Justificativa	15
1. A Fortaleza de Maputo Contexto Histórico	17
1.1 Origens e construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.....	17
1.2 Colonialismo e resistência em Moçambique	19

1.3 Reconstrução da Fortaleza e funções históricas pós-independência.....	20
1.4 O valor da fortaleza de Maputo como património cultural em Moçambique.....	21
2. A Fortaleza De Maputo Como Espaço De Memória em disputa entre o contexto da Ocupação colonial e a Resistência	23
2.1 Memória, resistência e património cultural	23
2.2 A Fortaleza de Maputo na história da dominação e da resistência	23
2.3 A Fortaleza e a narrativa da resistência anticolonial	23
2.4 A Fortaleza como lugar de memória em disputa	24
2.6 Recursos museográficos e experiência do visitante.....	27
3. Estado de conservação, gestão e preservação do monumento	28
3.1. Estado de Conservação da Fortaleza de Maputo	28
3.4 Conservação, uso turístico e educação patrimonial	31
3.5 O discurso institucional sobre a salvaguarda da Fortaleza de Maputo e os desafios da preservação patrimonial	31
4. As lacunas narrativas presentes nas representações históricas e museológicas da Fortaleza de Maputo.	33
4.1 Omissões e lacunas na representação do património cultural.....	33
4.2 A perceção dos visitantes sobre a história de Ngungunhane e as lacunas narrativas na Fortaleza de Maputo	33
4.3 Entrevistados Durante o Trabalho de Campo	35
4.4 Persistência de Narrativas Coloniais na Exposição Atual	37
4.5 Estratégias para suprir omissões e fortalecer a preservação da memória	38
4.4 Impacto esperado das estratégias propostas.....	39
Conclusão.....	40
Referências Bibliográficas	42

Declaração

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, para obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, por essa razão estão indicadas no texto as fontes que foram usadas.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha irmã, que foram grandes catalisadores ao longo do meu percurso académico. O apoio constante, a compreensão e o incentivo, tanto a nível emocional como prático, foram fundamentais para a concretização deste estudo.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus colegas do Departamento de História, turma de 2021, pelo companheirismo e pelas experiências académicas partilhadas ao longo da formação. Em particular, expresso o meu reconhecimento ao grupo Zoom 4, composto pelos colegas Vasco Massingue, Naima Chissano e Ofélio Guamba, pelo apoio mútuo, pelas trocas de ideias e pela colaboração ao longo do percurso académico.

Endereço, igualmente, os meus sinceros agradecimentos aos docentes do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, cujas aulas, orientações e incentivos contribuíram de forma significativa para o meu crescimento académico, intelectual e científico, proporcionando uma formação sólida e enriquecedora. De modo especial, manifesto a minha profunda gratidão ao Dr. Moisés Timba, curador da Fortaleza de Maputo, que atuou como meu supervisor durante o período de estágio, pela disponibilidade, acompanhamento, orientação científica e partilha de conhecimentos, fundamentais para a realização do trabalho de campo e para o aprofundamento da minha formação académica.

Siglas e Acrónimos

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

DC-UEM Direcção de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane

DNPC Direcção Nacional do Património Cultural.

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

PCE – Património Cultural Edificado

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

Resumo

O presente trabalho analisa a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Maputo enquanto património cultural histórico e espaço de memória, com particular enfoque na sua ressignificação como lugar de memória da resistência anticolonial. Historicamente associada ao exercício do poder e à dominação colonial portuguesa, a Fortaleza constitui hoje um dos monumentos mais emblemáticos da cidade de Maputo, assumindo um papel central nos debates sobre património, memória e identidade nacional no contexto pós-independência.

O estudo tem como objetivos específicos analisar o contexto histórico da Fortaleza de Maputo, examinar o monumento como espaço de memória da resistência anticolonial, avaliar o estado de conservação e gestão do património e compreender as perceções dos visitantes sobre as narrativas históricas apresentadas. Parte-se do entendimento de que o património cultural não é apenas um conjunto de bens materiais, mas um campo simbólico onde memórias são seleccionadas, interpretadas e disputadas socialmente (Arantes, 2006).

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, recorrendo à análise bibliográfica, à observação direta do espaço patrimonial e à realização de entrevistas a visitantes da Fortaleza, realizadas no mês de agosto de 2025.

A análise evidencia que, apesar dos esforços de musealização no período pós-independência, persiste uma predominância de narrativas coloniais na exposição histórica do monumento, limitando a valorização da memória da resistência anticolonial moçambicana.

As perceções dos visitantes revelam a existência de uma leitura crítica do monumento, marcada pela reivindicação de narrativas mais inclusivas, capazes de integrar símbolos, protagonistas e experiências históricas associadas à resistência ao colonialismo, processo fundamental na construção da memória nacional (Barreto, 2011).

Conclui-se que a Fortaleza de Maputo deve ser compreendida como um espaço de memória em permanente disputa, cujo potencial enquanto património cultural histórico depende da revisão crítica das narrativas museológicas e da incorporação de múltiplas vozes na construção da história e da identidade moçambicanas.

Palavras-chave: Património cultural; Memória; Resistência anticolonial; Fortaleza de Maputo; Musealização.

Cronologia e Periodização

Século XVIII – Origens e primeiras ocupações

1721–1723 – Construção do Forte Lagoa pelos holandeses, posteriormente denominado *Lydzaanhei*.

1781 – Expulsão dos austríacos por Godinho de Mira; consolidação da presença portuguesa na Baía de Lourenço Marques.

Final do século XVIII – Início da construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, embrião da atual Fortaleza de Maputo.

Século XIX – Consolidação colonial e resistência africana

1811 – Primeira referência documentada à construção em pedra, atribuída ao engenheiro José António Caldas.

Décadas de 1820–1850 – Conflitos com grupos Nguni e vátuas-cafres; reforço das defesas da Fortaleza.

1884–1885 – Conferência de Berlim; intensificação da ocupação colonial portuguesa em Moçambique.

1895 – Prisão de Ngungunhane, último imperador do Império de Gaza, episódio emblemático da resistência anticolonial.

Século XX – Reconstrução e funções coloniais

Década de 1940 – Reconstrução da Fortaleza seguindo o traçado original.

1955 – Inauguração do Museu Histórico Militar de Maputo, com exposições centradas na narrativa colonial.

1975 – Independência de Moçambique; reapropriação simbólica da Fortaleza como espaço de memória nacional.

Pós-Independência (1975 – Actualidade)

Décadas de 1980–2000 – Utilização da Fortaleza para cerimónias cívicas, exposições e eventos culturais ligados à identidade nacional.

2014 – Obras de reabilitação e conservação do monumento.

2023–2024 – Experiências de estágio acadêmico e visitas guiadas revelam percepções críticas sobre narrativas coloniais predominantes.

Introdução

A Fortaleza de Maputo, anteriormente denominada Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, constitui um dos mais emblemáticos monumentos históricos de Moçambique. Erguida no século XVIII como estrutura militar ao serviço do sistema colonial português, desempenhou, ao longo do tempo, múltiplas funções, nomeadamente posto estratégico de ocupação, centro administrativo, espaço de reclusão e, já no período colonial tardio, Museu Histórico Militar. A sua relevância histórica é reforçada pelo facto de ter sido palco de acontecimentos decisivos da história nacional, como a prisão e subsequente deportação do imperador do Estado de Gaza, Ngungunhane, em 1895, episódio que lhe confere elevado valor simbólico na memória colectiva moçambicana.

Após a independência nacional, em 1975, a Fortaleza foi reclassificada como monumento nacional e progressivamente ressignificada enquanto espaço de preservação da memória histórica e da resistência anticolonial. Este processo insere-se numa dinâmica mais ampla de construção da identidade nacional, na qual a memória do passado colonial e da luta de libertação ocupa um lugar central na afirmação da soberania e da pertença colectiva (Cabaço, 2007). Assim, a Fortaleza deixou de ser entendida apenas como vestígio arquitetónico do colonialismo, passando a integrar a narrativa nacional enquanto lugar de memória, no sentido proposto por Nora (1989), onde se cruzam e se confrontam diferentes interpretações do passado.

Todavia, a conservação e a valorização da Fortaleza de Maputo têm enfrentado desafios significativos. Conforme observa Nhaguilunguane (2015), a preservação do património cultural urbano em Maputo não se limita à manutenção física das estruturas, exigindo igualmente a salvaguarda do seu valor simbólico, social e histórico. No caso concreto da Fortaleza, fatores como a pressão urbanística, a limitação de recursos técnicos e financeiros e a fragilidade das políticas públicas de gestão patrimonial colocam em risco a sua função enquanto espaço de memória e referência cultural.

Para além do seu valor arquitetónico, a Fortaleza de Maputo assume especial relevância enquanto espaço simbólico de produção e disputa de narrativas históricas. De acordo com Nora (1989), determinados espaços convertem-se em lugares de memória na medida em que cristalizam valores, acontecimentos e símbolos que ultrapassam a sua materialidade. A Fortaleza insere-se nessa lógica ao representar simultaneamente a presença colonial e a

resistência anticolonial, constituindo-se como um espaço marcado por tensões entre memórias divergentes sobre o passado.

Neste contexto, a experiência direta no local desempenhou um papel fundamental na definição do presente estudo. Entre os anos 2023 e 2024, o autor realizou um estágio académico na Fortaleza de Maputo, exercendo funções como guia turístico. Durante este período, teve contacto direto com o espaço patrimonial, com os seus conteúdos museológicos e com visitantes de diferentes origens sociais, culturais e etárias. Essas interações permitiram observar perceções diversas sobre as narrativas históricas apresentadas, bem como críticas relacionadas com a predominância de discursos coloniais e a ausência de referências mais consistentes à resistência anticolonial.

Essas experiências despertaram o interesse científico pelo tema e motivaram a formulação do presente projeto de pesquisa, que se propõe analisar a Fortaleza de Maputo no período pós-independência, enquanto património cultural histórico e espaço de memória da resistência anticolonial. Pretende-se compreender de que modo um espaço anteriormente associado à dominação colonial foi resignificado como monumento nacional, bem como identificar os limites e desafios desse processo, tendo em vista contribuir para a reflexão sobre a valorização crítica e sustentável do património histórico em Moçambique.

Problema de Pesquisa

Apesar da Fortaleza de Maputo ter sido ressignificada, no período pós-independência, como espaço de memória da resistência anticolonial, observa-se que as narrativas museológicas ainda privilegiam representações coloniais, limitando a valorização da memória da luta pela autodeterminação. Nesse contexto, coloca-se a questão: até que ponto a Fortaleza de Maputo, ‘afirmar-se como património cultural capaz de transmitir de forma crítica e inclusiva a memória da resistência anticolonial moçambicana?

Pergunta de partida

Em que medida a Fortaleza de Maputo, enquanto património histórico e lugar de memória, tem conseguido superar as narrativas coloniais e afirmar-se como espaço de valorização da memória da resistência anticolonial moçambicana no período pós-independência?

Objetivo Geral

- Estudar a Fortaleza de Maputo enquanto espaço de memória da resistência anticolonial, com enfoque nos desafios enfrentados na salvaguarda do patrimônio histórico desde o período pós-independência até à atualidade.

Objetivos Específicos

- Contextualizar a origem e evolução histórica da Fortaleza de Maputo, do período colonial ao pós-independência evidenciando o seu valor como patrimonio historico.
- Examinar o processo de ressignificação da Fortaleza como espaço de memória da resistência anticolonial.
- Avaliar os problemas da conservação e gestão da Fortaleza de Maputo enquanto bem do património cultural historico.
- Analisar as lacunas narrativas presentes nas representações históricas e museológicas da Fortaleza de Maputo.

Revisão de Literatura

A análise da Fortaleza de Maputo enquanto espaço de memória da resistência anticolonial insere-se num campo interdisciplinar que articula História, Estudos do Património, Memória Social e Museologia. A literatura existente permite compreender como os monumentos coloniais, no contexto pós-independência africano, se transformam em espaços de disputa simbólica, onde se confrontam narrativas coloniais, nacionalistas e comunitárias.

Património cultural e construção da identidade nacional

Os estudos sobre património cultural em África demonstram que a valorização dos bens históricos está profundamente ligada aos processos de construção da identidade nacional no período pós-colonial. Gonçalves (2007) argumenta que o património não é um dado neutro do passado, mas uma seleção simbólica operada no presente, frequentemente orientada por projetos políticos e ideológicos. Neste sentido, a classificação de monumentos coloniais como património nacional representa um esforço de reinscrição simbólica desses espaços, transformando-os em instrumentos de legitimação da memória nacional.

No contexto moçambicano, Cabaço (2007) sublinha que o Estado pós-independência procurou redefinir os símbolos herdados do colonialismo, integrando-os numa narrativa centrada na luta de libertação e na soberania nacional. A Fortaleza de Maputo enquadra-se neste processo, uma vez que passou de símbolo do poder colonial português a monumento

nacional associado à memória da resistência anticolonial. Contudo, como observa o autor, este processo não é linear nem isento de contradições, pois muitos significados coloniais permanecem inscritos nos espaços urbanos e patrimoniais.

Memória, lugares de memória e disputas narrativas

A literatura sobre memória histórica fornece um quadro interpretativo fundamental para compreender o papel simbólico da Fortaleza de Maputo. Nora (1989) introduz o conceito de *lugares de memória*, definindo-os como espaços onde a memória coletiva se cristaliza em resposta à fragmentação da memória viva. Embora formulado no contexto europeu, este conceito tem sido adaptado por vários autores africanos e lusófonos para analisar patrimônios coloniais reinterpretados no pós-independência (Peralta, 2007).

Peralta (2007) destaca que os lugares de memória em contextos pós-coloniais são particularmente marcados por disputas, pois condensam experiências de dominação, resistência e reconstrução identitária. A Fortaleza de Maputo ilustra esta condição ao reunir, num mesmo espaço, símbolos da ocupação colonial e tentativas de valorização da resistência africana, como a reinterpretação da prisão de Ngungunhane. Assim, a memória associada ao monumento não é consensual, mas atravessada por tensões entre diferentes leituras do passado.

Connerton (1989) reforça esta perspectiva ao afirmar que a memória é continuamente reconstruída através de práticas sociais e rituais públicos. Aplicado à Fortaleza, este entendimento permite analisar como cerimónias oficiais, exposições museológicas e visitas guiadas contribuem para a atualização ou cristalização de determinadas narrativas históricas, em detrimento de outras.

Museus, musealização e discursos expositivos

A musealização de patrimônios coloniais constitui um dos temas centrais da literatura analisada. Abreu (2008) e Anico (2005) defendem que os museus deixaram de ser espaços neutros de preservação para se tornarem arenas de questionamento crítico do passado. Nesta perspectiva, o museu deve promover a problematização das narrativas dominantes, incorporando múltiplas vozes e experiências históricas.

Duarte (2013) acrescenta que a nova museologia enfatiza a função social dos museus, defendendo uma abordagem participativa e educativa, capaz de dialogar com as comunidades e com os visitantes. No caso da Fortaleza de Maputo, a literatura aponta que, apesar dos

esforços de musealização no período pós-independência, persiste uma forte presença de discursos coloniais nas exposições permanentes (Rangel, 2017).

Rangel (2017) argumenta que esta permanência resulta tanto de limitações estruturais como da dificuldade em desconstruir narrativas históricas sedimentadas ao longo de décadas. A centralidade de figuras coloniais, como Mouzinho de Albuquerque, e a representação fragmentada da resistência anticolonial revelam os limites do processo de ressignificação museológica.

Resistência anticolonial e reinterpretação do passado

A resistência anticolonial constitui um eixo fundamental da literatura sobre história moçambicana. Barreto (2011) e Nhaguilugwane (2015) defendem que a resistência deve ser compreendida para além dos confrontos armados, incluindo práticas simbólicas, culturais e quotidianas. A reinterpretação de episódios históricos, como a captura de Ngungunhane, insere-se neste esforço de valorização da agência africana e de denúncia da violência colonial.

Nhaguilugwane (2015) sublinha ainda que a preservação da memória da resistência enfrenta obstáculos quando os espaços patrimoniais mantêm estruturas narrativas herdadas do colonialismo. A Fortaleza de Maputo, enquanto monumento urbano e museológico, reflete estas dificuldades, evidenciando lacunas na representação da diversidade das experiências de resistência moçambicana.

Património, gestão e preservação

A literatura sobre gestão patrimonial em Moçambique enfatiza a necessidade de conciliar conservação física, valorização simbólica e participação comunitária. Jopela (2014) destaca que a deterioração dos bens patrimoniais resulta tanto de fatores naturais como de ações humanas, exigindo políticas públicas consistentes e sustentáveis. No caso da Fortaleza, a localização costeira e a escassez de recursos financeiros agravam os desafios de conservação.

Gonçalves (2007) e Cabaço (2007) alertam ainda para o risco de uma gestão excessivamente institucionalizada, que afasta as comunidades locais do processo de apropriação simbólica do património. A ausência de programas contínuos de educação patrimonial limita o potencial da Fortaleza como espaço de aprendizagem histórica e de fortalecimento da consciência nacional.

Metodologia

A presente investigação adota uma **abordagem qualitativa**, adequada ao estudo de fenómenos sociais, culturais e históricos, pois privilegia a compreensão dos significados atribuídos pelos indivíduos e pelas instituições ao património cultural. O enfoque qualitativo permite analisar a Fortaleza de Maputo não apenas como objeto arquitetónico, mas como **espaço simbólico e de memória viva**, onde se cruzam narrativas coloniais e anticoloniais.

Da literatura analisada sobre os museus identifiquei três perspectivas, das quais a primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática (Nora, 1989), a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica (Connerton 1989; Inguane 2007; Peralta 2007) e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos (Abreu 2008; Anico 2005; Duarte 2013).

1. Fontes e técnicas de recolha de dados

Pesquisa bibliográfica e documental: foram consultados livros, artigos científicos, relatórios institucionais, legislação sobre património cultural e documentos da UNESCO, bem como obras de autores como Nora (1989), Bourdieu (1989), Abreu (2008), Inguane (2007) e Nhaguilugwane (2015). Esta etapa permitiu construir o enquadramento teórico e compreender o debate académico sobre memória, património e identidade.

Observação direta: visitas à Fortaleza de Maputo possibilitaram o registo de aspetos arquitetónicos, museográficos e simbólicos. Foram observadas as exposições permanentes, os objetos em exibição, a organização dos espaços e a interação dos visitantes com o monumento.

Entrevistas semiestruturadas: foram realizadas entrevistas a visitantes, estudantes, responsáveis da instituição e membros da comunidade. As entrevistas permitiram recolher perceções sobre a função da Fortaleza, as lacunas na sua representação e as expectativas em relação ao futuro do monumento.

Análise de depoimentos escritos: foram examinados registos do *Livro de Sugestões* da Fortaleza, que contêm comentários de visitantes nacionais e estrangeiros, revelando críticas, sugestões e impressões sobre o espaço.

2. Critérios de seleção das fontes

A escolha das fontes e dos participantes obedeceu a critérios de **relevância histórica, pertinência temática e diversidade de perspetivas**. Procurou-se incluir tanto fontes oficiais

(documentos institucionais, relatórios) como vozes alternativas (visitantes, estudantes, comunidade), de modo a garantir uma visão plural sobre o objeto de estudo.

3. Tratamento e análise dos dados

Os dados recolhidos foram organizados em categorias temáticas: *memória da resistência, património cultural, função educativa, omissões e lacunas, estratégias de preservação*.

Foi utilizada a **análise de conteúdo** (Bardin, 2011), que permite identificar padrões, recorrências e contradições nos discursos e documentos.

As entrevistas foram transcritas e interpretadas à luz do enquadramento teórico, cruzando as perceções dos participantes com a literatura académica.

Limitações do estudo

Reconhece-se que a investigação apresenta algumas limitações que podem ter impacto no alcance dos resultados.

Número de entrevistas: O número de entrevistas realizadas foi condicionado pela disponibilidade dos participantes, o que restringiu a diversidade de perspetivas, sobretudo no que diz respeito a antigos funcionários ligados à gestão patrimonial e membros da comunidade local.

Acesso documental: A análise documental dependeu do acesso a arquivos e relatórios institucionais, que nem sempre se encontravam completos ou devidamente organizados, o que dificultou a recolha de informações detalhadas sobre certas fases de intervenção e conservação da Fortaleza.

Observação direta: A observação direta foi realizada num período específico, não abrangendo todas as épocas do ano, o que pode ter limitado a perceção de dinâmicas sazonais, como fluxos turísticos diferenciados em períodos de alta e baixa temporada ou variações no uso do espaço em datas comemorativas.

Dependência de fontes secundárias: Parte da análise teve de recorrer a estudos já publicados, o que pode ter condicionado a originalidade de certas interpretações, embora tenha permitido situar os resultados no debate académico existente sobre património e memória histórica em Moçambique.

Interferência institucional: Algumas informações obtidas junto de fontes institucionais refletem discursos oficiais, o que pode implicar certa parcialidade, sobretudo em relação às narrativas sobre o papel do Estado na preservação da Fortaleza.

Apesar destas limitações, a triangulação entre diferentes fontes e métodos combinando entrevistas, observação direta e análise documental garante a validade e a fiabilidade dos resultados. Tal abordagem possibilita uma análise consistente e equilibrada sobre o papel da Fortaleza de Maputo na preservação e disseminação da memória da resistência anticolonial, ao mesmo tempo que revela os desafios concretos enfrentados pela gestão do património cultural em Moçambique.

Justificativa

A escolha da Fortaleza de Maputo como objeto de estudo justifica-se pela sua relevância histórica, simbólica e patrimonial no contexto de Moçambique. Como monumento construído durante o período colonial, a Fortaleza esteve diretamente associada ao exercício do poder político-militar português e à consolidação da ocupação colonial no sul do território moçambicano. Além disso, o local adquiriu valor simbólico significativo por ter sido o espaço de detenção de Ngungunhane, último imperador do Império de Gaza, figura central da resistência africana à dominação colonial.

No período pós-independência, a Fortaleza foi ressignificada como espaço de memória e património histórico, integrando narrativas oficiais de valorização da resistência anticolonial e da construção da identidade nacional. No entanto, as exposições atuais ainda refletem elementos do discurso colonial, evidenciando a necessidade de análise crítica sobre a forma como o espaço contribui para a valorização da memória histórica da resistência.

Do ponto de vista académico, o estudo contribui para o debate sobre memória histórica, património cultural e musealização de espaços coloniais, conforme defendem autores como Nora (1989), Peralta (2007) e Cabaço (2007), que destacam os lugares de memória como espaços de disputa simbólica entre narrativas distintas do passado. Socialmente, a investigação é relevante porque a Fortaleza é visitada por estudantes, turistas e população local, influenciando diretamente a compreensão pública do passado colonial e da resistência moçambicana.

A experiência do autor enquanto estagiário na Fortaleza entre 2023 e 2024 oferece uma base empírica sólida, permitindo observar lacunas na narrativa histórica e questões recorrentes do

público. Assim, o estudo contribui para a reflexão sobre políticas de preservação, gestão e valorização do património cultural, reforçando o papel da Fortaleza como espaço de memória crítica, inclusiva e representativa da história de Moçambique.

1. A Fortaleza de Maputo Contexto Histórico

1.1 Origens e construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

A Fortaleza de Maputo, originalmente designada Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, situa-se na Avenida Samora Machel, na baixa da cidade, próxima ao Porto de Maputo. A sua fachada principal encontra-se virada para a atual Praça 25 de Junho, enquanto os limites laterais são marcados pelas ruas Ngungunhane e Timor Leste, dispondo atualmente de duas entradas principais (Lima, 1966:5).

Segundo Oliveira (1965:4), a estrutura da fortificação segue o traçado característico das praças militares erguidas no litoral de Moçambique durante o século XVIII e XIX, incorporando muralhas em alvenaria de pedra e cal e um pátio central que organizava as funções administrativas e militares. A disposição interna reflete intervenções sucessivas ao longo do período colonial e pós-colonial, resultando numa combinação de compartimentos fechados antigos quartéis, armazéns e salas administrativas e áreas exteriores ajardinadas.

No que respeita à organização espacial atual, a Fortaleza dispõe de duas entradas principais: a primeira orientada para a Rua Timor Leste e a segunda voltada para a Avenida Samora Machel. No interior encontram-se diversos objetos museológicos que integram o acervo do Museu Histórico Militar, distribuídos entre salas expositivas e o jardim central. Entre os objetos expostos encontram-se peças de artilharia, metralhadoras de vários calibres, munições e projéteis, testemunhando o uso militar histórico da fortificação (Caldeira et al., 2010:22).

No espaço exterior, distribuído ao longo das muralhas e do pátio, encontram-se ainda esculturas, objetos militares históricos e elementos simbólicos instalados durante o período colonial e pós-independência. Estes incluem canhões de ferro e de bronze, um carro militar de campanha, uma réplica do Padrão de São Gregório, duas lápides tumulares e o busto em bronze de Trigo de Morais, figura destacada da administração colonial (Lobato, 1948; Oliveira, 1965:62).

Entre as peças escultóricas de maior destaque encontram-se as estátuas coloniais de Mouzinho de Albuquerque, comandante militar responsável pelas campanhas que culminaram na derrota do Império de Gaza em 1895, e de António Enes, comissário régio envolvido na política colonial portuguesa na África Oriental (Barreto, 2011:6). Tais elementos permanecem como testemunhos da narrativa colonial instalada no espaço urbano

de Lourenço Marques, cuja presença suscita debates contemporâneos sobre memória, representação histórica e ressignificação pós-colonial.

A disposição museográfica e arquitetónica da Fortaleza revela, assim, a sobreposição de temporalidades distintas: o período da ocupação militar portuguesa, as adaptações funcionais do século XX e a reinterpretação patrimonial pós-independência. Este conjunto de elementos físicos e simbólicos corrobora o entendimento da Fortaleza como um lugar de memória onde se cruzam diferentes narrativas históricas, algumas em tensão, outras em processo de ressignificação à luz da construção da identidade nacional pós-1975

Figura 1: Estátuas de António Enes e Mouzinho de Albuquerque



fonte: Amandio uqueio, jardim interior da fortaleza, 19/08/2025

A sua construção remonta ao final do século XVIII, num contexto de intensa disputa comercial e territorial entre potências europeias franceses, holandeses, austríacos e ingleses pela Baía de Lourenço Marques. Oliveira et al. (1965:6-7) relata que as primeiras fortificações eram estruturas rudimentares, como acampamentos temporários e paliçadas, erguidas por comerciantes portugueses. Entre 1721 e 1723, os holandeses construíram o Forte Lagoa, posteriormente reformado e denominado Lydzaanhei, antes de abandonarem a região. Em seguida, austríacos ocuparam a baía, sendo expulsos por Godinho de Mira em 1781, consolidando a presença portuguesa.

No século XIX, a Fortaleza enfrentou ameaças constantes, como as incursões de guerreiros Nguni e vátuas-cafres provenientes do Reino de Gaza, o que levou ao reforço das defesas

com barricadas de madeira, zinco e arame farpado (Botelho, 1934:8). A primeira referência documentada à construção em pedra data de 1811, feita pelo arquiteto e engenheiro militar José António Caldas, que relata ter erguido muralhas parcialmente às suas próprias custas.

O período de 1884-1895, marcado pela Conferência de Berlim, intensificou as campanhas militares portuguesas, culminando na prisão de Ngungunhane, último imperador do Império de Gaza, em 1895 episódio que simboliza tanto a consolidação da dominação colonial quanto a resistência africana à ocupação (Barreto, 2011:5).

1.2 Colonialismo e resistência em Moçambique

Concebida como instrumento de dominação e defesa colonial, a Fortaleza foi palco de confrontos e negociações entre colonizadores portugueses e comunidades locais. Painéis escultóricos e elementos arquitetónicos ainda presentes no monumento registram episódios das campanhas militares portuguesas e a captura de Ngungunhane.

Durante o século XIX, a Fortaleza não apenas serviu como bastião militar, mas também como centro administrativo, articulando poder militar e governança colonial. Figuras como Mouzinho de Albuquerque e António Enes permanecem associadas à memória do local, reforçando o simbolismo do período colonial (Fraga, 2008; Barreto, 2007). Além da função defensiva inicial, a Fortaleza desempenhou um papel de ponto de articulação comercial entre o interior e o litoral. Documentos de época indicam que, no final do século XVIII, o espaço servia também como entreposto para mercadorias provenientes do interior, como marfim, ouro e escravos, que eram embarcados para outros portos do Índico. A escolha do local, próximo à foz do rio Espírito Santo, permitia controlar não apenas o tráfego marítimo, mas também as rotas fluviais e terrestres que ligavam a região a zonas de produção agrícola e mineira. A presença de guarnições permanentes, compostas por militares e auxiliares locais, garantia a vigilância contínua e a manutenção da ordem, reforçando o papel da Fortaleza como símbolo de autoridade portuguesa na região.

A resistência indígena, especialmente a do Império de Gaza, constitui parte essencial da narrativa histórica da Fortaleza. Esses episódios de resistência, embora muitas vezes narrados a partir de fontes coloniais, são hoje reinterpretados como símbolos da luta pela autodeterminação e soberania nacional. No final do século XIX, o Império de Gaza, sob liderança de Ngungunhane, enfrentou a ofensiva militar portuguesa durante as chamadas Campanhas de Gaza (1894–1895). Em 2 de Novembro de 1894, as forças portuguesas, comandadas por Mouzinho de Albuquerque, derrotaram o exército de Gaza em Coolela,

iniciando o colapso militar do império. A derrota decisiva ocorreu a 28 de Dezembro de 1895, quando Ngungunhane foi capturado em Chaimite, após o cerco à sua base política e familiar. No dia 31 de Dezembro de 1895, ele foi transportado para a Fortaleza de Lourenço Marques, onde permaneceu detido antes de ser deportado para Lisboa e, posteriormente, para os Açores. Esses acontecimentos marcaram o fim do Império de Gaza e simbolizam, na memória contemporânea, a violência da dominação colonial e a persistência da resistência africana.

1.3 Reconstrução da Fortaleza e funções históricas pós-independência

A reconstrução da Fortaleza de Maputo, realizada na década de 1940, seguiu o traçado original da estrutura setecentista, numa iniciativa que consolidou o seu uso como espaço militar e símbolo do poder colonial (Oliveira, 1965: 112). Em 1955, o edifício passou a acolher o Museu Histórico Militar de Maputo, instituição vocacionada para representar a narrativa da ocupação militar portuguesa e exaltar feitos coloniais (Botelho, 1934: 57).

Com a independência nacional, em 1975, a Fortaleza foi simbolicamente reapropriada pelo Estado moçambicano, que a integrou nas narrativas públicas sobre a resistência anticolonial. Nesse período, o espaço manteve funções museológicas, apresentando exposições dedicadas a figuras e episódios associados à luta de libertação (Nhaguilugane, 2015: 44).

Durante o pós-independência, a Fortaleza assumiu igualmente um papel de espaço de evocação nacional. O monumento passou a acolher cerimónias oficiais e comemorações de datas históricas, como o Dia da Independência e o Dia dos Heróis Moçambicanos, convertendo-se em local de reafirmação simbólica da soberania e da memória coletiva (Cabaço, 2007: 103). Estas práticas reforçaram a centralidade da Fortaleza no imaginário nacional, articulando-a à construção da consciência histórica contemporânea.

Em paralelo, o monumento tornou-se um ponto de interesse para investigadores e visitantes. A produção académica sobre o local evidencia o seu valor para o estudo da história urbana de Maputo, da memória coletiva e das políticas patrimoniais moçambicanas (Gonçalves, 2007: 57; Peralta, 2007: 88). No campo turístico, a combinação entre monumentalidade arquitetónica e densidade histórica contribuiu para consolidar a Fortaleza como destino de turismo cultural.

As obras de conservação realizadas em 2000 procuraram preservar a estrutura original e adaptá-la às novas funções de uso público. Estas intervenções incluíram a recuperação de

muralhas, portões e canhoneiras, a requalificação de espaços internos e a criação de áreas específicas para exposições temporárias (Nhaguilugwane, 2015:61). A intervenção de 2014, mais abrangente, culminou na instalação de uma exposição permanente destinada a conferir maior coerência às narrativas apresentadas, reorganizando o acervo existente (Rangel, 2017: 52).

Apesar dos esforços de conservação, persistem desafios estruturais que ameaçam a integridade do monumento. A localização costeira expõe a Fortaleza a níveis elevados de humidade e salinidade, fatores que aceleram a deterioração das muralhas e demandam ações permanentes de manutenção. A escassez de recursos financeiros constitui igualmente um obstáculo, condicionando a regularidade e a qualidade das intervenções (Cabaço,2007:33)

Nos últimos anos, a diversificação das atividades realizadas no espaço incluindo concertos, feiras de arte e eventos comunitários tem gerado debates sobre o equilíbrio entre preservação patrimonial e dinamização cultural. Para alguns autores, a abertura a novos usos reforça a ligação entre comunidade e monumento; para outros, representa riscos de desgaste e descaracterização do espaço histórico (Abreu, 2008: 63).

No plano institucional, a Fortaleza integra desde 1975 o quadro das políticas públicas de proteção do património moçambicano. A Lei n.º 10/88 estabeleceu princípios para a identificação, classificação e salvaguarda de bens culturais considerados de interesse nacional (Gonçalves, 2007: 92). O Decreto n.º 27/2006 atualizou essas normas, reforçando a responsabilidade do Estado e destacando a importância da participação comunitária na gestão do património. Esta orientação encontra paralelo nas recomendações internacionais da UNESCO, que salientam a necessidade de abordagens participativas para uma preservação sustentável (UNESCO, 2014: 14).

1.4 O valor da fortaleza de Maputo como património cultural em Moçambique.

Nos debates sobre a preservação do património cultural em Moçambique, a participação comunitária tem sido constantemente apontada como um fator essencial para garantir a sustentabilidade das políticas de conservação. A Fortaleza de Maputo, enquanto monumento situado no centro da capital, encontra-se diariamente em contacto com a população local, seja através de visitas espontâneas, atividades culturais ou do simples convívio urbano no espaço circundante. Essa proximidade física, porém, nem sempre se traduz em apropriação simbólica por parte das comunidades.

Estudos sobre gestão patrimonial (Nhaguilunguane, 2015; Jopela, 2014:36-55) sublinham que a ausência de programas consistentes de educação patrimonial limita a participação ativa da sociedade civil. Embora as escolas de Maputo realizem visitas guiadas à Fortaleza, essas iniciativas ainda são esporádicas e carecem de integração em programas educativos mais amplos. Isso significa que grande parte da população, especialmente os jovens, mantém um contacto superficial com o monumento, reconhecendo o seu valor histórico, mas sem uma compreensão aprofundada do seu significado identitário.

2. A Fortaleza De Maputo Como Espaço De Memória em disputa entre o contexto da Ocupação colonial e a Resistência .

2.1 Memória, resistência e património cultural

A memória da resistência anticolonial ocupa um lugar fundamental na construção da identidade histórica de Moçambique. Após a independência nacional, em 1975, tornou-se necessário reconfigurar os espaços patrimoniais herdados do período colonial, transformando-os em suportes simbólicos da luta pela libertação e da soberania nacional. Neste contexto, a memória não deve ser entendida como mera evocação do passado, mas como um processo social dinâmico, atravessado por relações de poder e disputas de sentido (Nora, 2017:7).

Os estudos sobre memória social demonstram que os patrimónios coloniais apresentam significados ambíguos. Por um lado, simbolizam a opressão e a dominação estrangeira; por outro, podem ser ressignificados como lugares de denúncia do colonialismo e de valorização da resistência dos povos colonizados. Esta dupla dimensão revela que a resistência anticolonial não se expressa apenas nos eventos históricos, mas também nos modos contemporâneos de interpretação do património (Rangel, 2017:52).

2.2 A Fortaleza de Maputo na história da dominação e da resistência

Historicamente, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição esteve associada ao exercício do poder colonial português, funcionando como estrutura militar, administrativa e simbólica. Foi neste espaço que se materializaram práticas de controlo, repressão e vigilância, elementos centrais do sistema colonial. No entanto, como demonstram os estudos históricos mobilizados por Rangel (2017), os espaços de poder colonial constituem simultaneamente palcos onde se manifestaram resistências, conflitos e confrontações.

A prisão de Ngungunhane na Fortaleza, após a sua captura em 1895, representa um dos episódios mais emblemáticos dessa ambiguidade histórica. Embora o evento tenha sido usado pelo colonialismo português como demonstração de força e dominação, ele adquiriu, no contexto pós-independência, um significado inverso, sendo reinterpretado como símbolo da resistência africana e da violência do sistema colonial (Barreto, 2011:64).

2.3 A Fortaleza e a narrativa da resistência anticolonial

Após 1975, o Estado moçambicano procurou reinscrever a Fortaleza no discurso da construção nacional, transformando o monumento num espaço de interpretação do passado e

de afirmação da identidade pós-colonial (Cabaço, 2007: 103). A musealização implementada no período pós-independência pretendeu romper com a leitura colonial do edifício, integrando referências à luta de libertação e às figuras associadas ao nacionalismo moçambicano.

Contudo, tal como referido por Peralta (2007: 72), os processos de reinterpretação de património colonial enfrentam frequentemente limitações estruturais, uma vez que os espaços herdados carregam significados sedimentados que não são facilmente desconstruídos. Esta dinâmica é visível na Fortaleza, onde a narrativa expositiva ainda apresenta vestígios da memória colonial, apesar dos esforços de valorização da resistência. Em vários momentos, a representação da luta anticolonial surge fragmentada, pouco contextualizada ou secundarizada em relação aos conteúdos associados à presença portuguesa (Rangel, 2017: 55).

2.4 A Fortaleza como lugar de memória em disputa

A compreensão da Fortaleza enquanto lugar de memória implica reconhecer que diferentes interpretações do passado coexistem e se confrontam no mesmo espaço físico. Tal como argumenta Cabaço (2007: 118), a memória histórica moçambicana é marcada por tensões entre a herança colonial e os processos de afirmação nacionalista, que produzem leituras divergentes sobre os mesmos eventos.

No caso da Fortaleza, essas tensões manifestam-se na forma como visitantes, guias, funcionários e investigadores interpretam o monumento. As leituras produzidas pelos visitantes mostram que estes não se limitam a aceitar a narrativa apresentada, mas reinterpretem o espaço com base nas suas próprias experiências e expectativas (Rangel, 2017: 62). Para muitos, a ausência de elementos claramente associados à resistência moçambicana revela fragilidades na forma como o monumento é utilizado para contar a história nacional.

As críticas recolhidas no trabalho de campo apontam para a necessidade de reforçar a presença de objetos, símbolos e narrativas que valorizem a agência africana e o carácter plurifacetado da resistência anticolonial. Esta percepção social torna evidente que a Fortaleza é hoje um espaço de memória contestada, no qual diferentes grupos reivindicam maior representatividade das narrativas moçambicanas em detrimento de leituras excessivamente centradas na presença colonial (Peralta, 2007: 81).

2.5 Acervos, exposições e recursos museográficos

Figura 2: patio exterior da fortaleza



fonte: Amandio Uqueio, exterior da fortaleza, 19/08/2025

O acervo do Museu é composto por objetos militares, esculturas, réplicas históricas e painéis interpretativos, que articulam visualmente a história da ocupação colonial e da resistência local. Entre os itens expostos destacam-se:

Canhões de ferro e bronze, metralhadoras, projéteis e carros de campanha militar;

Bustos e estátuas de figuras coloniais, como Mouzinho de Albuquerque e António Enes;

Réplicas do Padrão de São Gregório, lápides tumulares e painéis em alto-relevo que representam campanhas militares e a prisão de líderes locais;

Salas temáticas, incluindo a dedicada a Ngungunhane e espaços para exposições temporárias sobre personalidades como Eduardo Mondlane.

Numa das paredes é possível ver a integração de alguns painéis escultóricos em alto-relevo de representações das campanhas militares de ocupação do território moçambicano e a de prisão de Ngungunhane, imperador de Gaza, nos finais do século XIX. Dentro dos compartimentos há uma divisão onde encontra-se uma sala dedicada a Ngungunhane como ilustra a figura 3.

Figura 3: sala dedicada a ngugunhane



fonte:Amandio Uqueio, sala interna da fortaleza, 19/08/2025

O papel museológico da Fortaleza de Maputo no período pós-independência é testemunhado, por exemplo, pela urna de madeira contendo os restos mortais do Rei Ngungunhyane, na sala que antes foi a capela da Fortaleza de Maputo reconstruída nos anos 40 do século XX. Os restos mortais de Ngungunhyane foram simbolicamente entregues ao então Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, aquando da sua visita oficial a Portugal em 1983. Posteriormente, nas vésperas da comemoração do 10º aniversário da Independência Nacional em 1985, Moçambique recebeu os restos mortais de Ngungunhyane contidos na urna de madeira esculpida por Paulo Come (Barreto 2011: 6). Após cerimónia oficial na Sala Nobre do edifício do Conselho 28 Municipal de Maputo, a urna de Ngungunhyane foi então levada para a Fortaleza de Maputo (Figura3).

A disposição dos objetos e a narrativa das exposições seguem princípios da **nova museologia**, que enfatiza o valor educativo e interpretativo dos museus, aproximando o público do contexto histórico dos objetos (Duarte, 2013; Anico, 2005). Além disso, a interpretação dos objetos no espaço museológico permite que visitantes compreendam os significados culturais associados à resistência anticolonial, conforme sugerem Gonçalves (2007) e Geertz (1989).

2.6 Recursos museográficos e experiência do visitante

Os recursos museográficos vão além de objetos e imagens: incluem salas interativas, painéis interpretativos, maquetes e áreas de leitura, permitindo que o visitante compreenda contextos históricos de forma ativa e reflexiva (Duarte, 2013; Gonçalves, 2007:44).



Figura 4 . Maquete da Fortaleza produzida pelos estudantes da Escola Nacional de Artes Visuais

(Foto Amândio Uqueio)

A organização do acervo e a disposição das salas seguem princípios da nova museologia, que prioriza a narrativa contextualizada, o diálogo entre objetos e visitantes e a valorização da memória social (Anico, 2005:9). Este enfoque contribui para que o Museu funcione não apenas como um espaço de preservação material, mas como local de aprendizagem histórica, sensibilizando os visitantes para a importância da resistência anticolonial e da construção da identidade nacional.

3. Estado de conservação, gestão e preservação do monumento

3.1. Estado de Conservação da Fortaleza de Maputo

A deterioração dos bens do património cultural imóvel é um processo natural e irreversível que pode ser retardado mas não se pode evitar. Os bens imóveis estão constantemente a deteriorar-se devido a mudanças físicas, biológicas e químicas, que ocorrem ao longo do tempo (deterioração natural) (Jopela 2014: 12). Ou seja, os bens patrimoniais materiais estão sujeitos a um processo de deterioração natural. Contudo, a velocidade com que a deterioração dos bens imóveis ocorre deve-se em grande medida às acções humanas (deterioração artificial).

O estado de conservação da Fortaleza de Maputo é definido pelo impacto das acções de factores/elementos naturais e humanos. De acordo com o relatório produzido pela empresa José Forjaz Arquitectos aquando da reabilitação da Fortaleza de Maputo em 2000, as condições climáticas como resultantes do sol, chuva e humidade constituem as principais causas naturais de degradação do imóvel. Por exemplo, a crescente deterioração da pedra resulta do facto desta estar exposta à água do mar (com elevados níveis de salinidade) dada a localização da Fortaleza de Maputo junto à Baía. Por seu turno, a chuva é um dos agentes responsáveis pelo escurecimento e desintegração da pedra criando rápido crescimento de microrganismos, musgos, plantas que gradualmente destroem as paredes do imóvel. A humidade é um dos agentes responsáveis pelo desgaste da madeira, apodrecimento parcial da estrutura de cobertura; descasque da tinta das paredes internas e a infiltração nas paredes (Caldeira et al. 2010: 11).



Figura.5. Efeitos de alguns elementos naturais que afectam a parte exterior das paredes da Fortaleza de Maputo (fotos de Amândia Uqueio).

3.2 Quadro Legal e Institucional para a Conservação e Gestão da Fortaleza de Maputo

O quadro legal para a conservação e gestão da Fortaleza de Maputo é norteado por três principais instrumentos legislativos a saber:

a) Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro sobre a Protecção do Património Cultural que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Esta Lei aplica-se a todos bens do Património Cultural em geral, quer esteja na posse do estado e dos organismos de direito público, quer seja de propriedade privada, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respectivos titulares.

b) Resolução 12/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política dos Monumentos, que tem como âmbito de acção os bens imóveis do património cultural integrados na história de Moçambique. O seu principal objectivo é promover a valorização, preservação e fruição do património cultural Moçambicano, usando os monumentos como fonte de identidade nacional. Abrange os monumentos, conjunto e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam. Este instrumento legal formula igualmente os princípios orientadores com vista a garantir a preservação e valorização dos Monumentos.

c) Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho sobre Política de Museus. Tem como objecto a preservação e valorização dos bens móveis do Património Cultural de Moçambique.

Para além dos dispositivos legais aplicáveis a todos os bens do património cultural imóvel em Moçambique, a Fortaleza é regida por documentos normativos internos para conservação sustentável do mesmo como é o caso das Normas e condições de cedência do espaço da Fortaleza de Maputo e Termos de Uso de Fotografia e Filmagens.

a) As Normas e Condições de Cedência do Espaço da Fortaleza (salas e jardins) estabelecem os procedimentos para o pedido e utilização dos referidos espaços. O pedido deve ser apresentado por escrito, com a necessária antecedência (uma semana antes), à Direcção de Cultura da UEM referindo o evento, datas pretendidas, descrição do conteúdo da acção/evento, duração, número de pessoas participantes e/ou outras informações relevantes. Em caso de aceitação será assinado um contrato entre as partes interessadas.

b) Os Termos de Uso de Fotografia e Filmagens (TUFF) abrangem todos os interessados (amadores/profissionais) em realizar sessões de fotografia para cenários de programas televisivos, para gravação de documentários e/ou filmagens e sessões de fotografia de casamentos. Os TUFF descrevem todos os procedimentos da utilização do espaço incluindo a

selecção cuidada dos locais a fotografar ou filmar de modo a não prejudicar a preservação do monumento, o respeito dos créditos da fortaleza se o uso das imagens estiver destinado a alguma publicação.

Por seu turno, o quadro institucional da Fortaleza de Maputo é composto pela Curadoria da Fortaleza de Maputo que esta sob tutela da Direcção de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane.

a) Universidade Eduardo Mondlane

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), fundada em 1962, é a mais antiga instituição de ensino superior pública moçambicana. A UEM tem a sua sede e a maioria das faculdades no Campus Universitário em Maputo, encontrando-se uma delegação da Faculdade de Direito na Beira, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo na cidade de Inhambane e tendo sido recentemente inaugurada a Escola Superior de Ciências Marinhas em Quelimane (www.uem.mz, acessado a 25 de Agosto de 2025). A UEM é, de acordo com a Lei 10/88 de 22 de Dezembro, depositária de alguns bens do património cultural Moçambicano. Para além da Fortaleza, a UEM é depositária do património arquivístico presente no Arquivo Histórico de Moçambique, do património arqueológico no espólio do Departamento de Arqueologia e Antropologia e do património museológico em instituições como a Galeria de Arte da UEM, o Museu da Moeda ou o Museu de História Natural e a Fortaleza de Maputo.

b) Direcção de Cultura da UEM

A Direcção de Cultura da UEM é um órgão com funções na área académica e na área recreativa, criado em 1999 associada a área do desporto mas que desde 2007 tornou-se independente. Aplica ao nível da UEM, a política cultural do país garantindo o cumprimento das políticas nacionais sectoriais (monumentos, museus e outras) contribuindo assim para o desenvolvimento cultural e para uma boa gestão do património cultural da universidade.

c) Curadoria da Fortaleza de Maputo

A Curadoria da Fortaleza de Maputo é a entidade que gere directamente a Fortaleza, sendo responsável pela gestão do acervo colecções existente na Fortaleza. A Curadoria é igualmente responsável pela área da investigação, a gerência do público visitas e actividades, administração e gestão de aspectos logísticos da Fortaleza de Maputo, A Curadoria é dotada de um quadro de pessoa composto por 12 técnicos distribuídos pelas áreas de Curadora,

Documentalista, técnico de exposições, recepcionista, pianista, seguranças, jardineiros e auxiliares.

3.4 Conservação, uso turístico e educação patrimonial

A Fortaleza de Maputo é simultaneamente um monumento histórico e um espaço de visitação turística, o que exige uma gestão equilibrada entre conservação e uso público. A Lei n.º 4/2004, de 17 de Junho, que estabelece o quadro legal para o exercício das actividades turísticas, reconhece a importância do turismo cultural, mas também alerta para a necessidade de proteger os bens patrimoniais contra usos inadequados.

Neste contexto, Jopela (2014) defende que a educação patrimonial desempenha um papel crucial na conservação sustentável dos monumentos, ao promover o envolvimento das comunidades e dos visitantes na preservação do património. A experiência observada na Fortaleza de Maputo revela, contudo, que as actividades educativas permanecem limitadas, o que reduz o potencial do monumento enquanto espaço de sensibilização para a conservação e para a memória histórica.

3.5 O discurso institucional sobre a salvaguarda da Fortaleza de Maputo e os desafios da preservação patrimonial

No âmbito da análise da Fortaleza de Maputo enquanto espaço de memória da resistência anticolonial, torna-se fundamental considerar a perspectiva institucional dos responsáveis directos pela gestão e curadoria do monumento. O discurso do curador da Fortaleza de Maputo, Dr. Moisés Timba, e as práticas desenvolvidas pelo corpo técnico permitem compreender os desafios concretos enfrentados na salvaguarda do património histórico, bem como as estratégias adotadas para a sua preservação e valorização.

De acordo com o curador, a Fortaleza de Maputo enfrenta problemas recorrentes relacionados com a degradação do espaço físico e do seu entorno urbano, nomeadamente a acumulação de resíduos sólidos que comprometem a imagem, a integridade e o valor simbólico do monumento enquanto local memorial. Esta situação revela que a preservação do património edificado não depende exclusivamente de intervenções técnicas, mas está profundamente ligada às dinâmicas sociais e ao uso quotidiano do espaço.

Neste contexto, a instituição tem promovido ações de sensibilização e participação comunitária, como campanhas de limpeza do monumento e da área envolvente, enquadradas nas comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Segundo Moisés Timba,

estas iniciativas visam envolver grupos que mantêm uma relação direta ou indireta com a Fortaleza, incluindo estudantes, vendedores ambulantes, polidores de viaturas e outros utilizadores do espaço urbano, procurando transformá-los em atores ativos no processo de preservação patrimonial.

Para além das ações de caráter prático, o curador sublinha a importância da educação patrimonial como instrumento essencial na salvaguarda da memória histórica. Neste sentido, a Fortaleza tem desenvolvido atividades educativas, como visitas guiadas a escolas secundárias da cidade de Maputo e palestras sobre a importância dos monumentos e sítios históricos. Estas iniciativas contribuem para a formação de uma consciência histórica crítica e para a valorização do património enquanto elemento constitutivo da identidade nacional.

Complementarmente, a instituição tem promovido espaços de reflexão e debate público, como a conversa subordinada ao tema “*Património, conflitos e desafios de gestão dos espaços urbanos de Maputo*”. Esta atividade, dirigida principalmente aos estudantes, mas aberta ao público em geral, procura problematizar as tensões existentes entre preservação, uso público e gestão dos espaços patrimoniais em contexto urbano, evidenciando os desafios estruturais que afetam a Fortaleza de Maputo.

O curador alerta ainda para uma certa desatenção institucional em relação ao património edificado, que, no seu entender, compromete o valor histórico e memorial dos monumentos. Face a este cenário, defende a necessidade de uma atuação articulada entre diferentes entidades, como o Conselho Municipal e outras instituições ligadas à gestão patrimonial, de modo a garantir estratégias integradas de conservação, valorização e uso sustentável da Fortaleza.

Paralelamente às ações de preservação e sensibilização, a Fortaleza de Maputo tem acolhido iniciativas culturais contemporâneas, como a exposição “*Residência Artística UPCYCLES 2024*”. Baseada na reutilização e ressignificação de arquivos, esta exposição introduz novas leituras sobre património cultural, memória, identidade e migrações, contribuindo para a atualização simbólica do espaço e para o diálogo entre passado colonial, resistência anticolonial e práticas culturais do presente.

Deste modo, o discurso do curador e as ações desenvolvidas pelo corpo técnico revelam uma conceção de salvaguarda patrimonial que integra dimensões materiais, educativas, sociais e simbólicas. Esta abordagem reforça a compreensão da Fortaleza de Maputo como um espaço de memória em permanente construção, cujo valor enquanto património histórico e lugar de evocação da resistência anticolonial depende tanto das políticas institucionais quanto do envolvimento ativo da sociedade.

4. As lacunas narrativas presentes nas representações históricas e museológicas da Fortaleza de Maputo.

4.1 Omissões e lacunas na representação do património cultural

Durante o trabalho de campo, diversas observações de visitantes revelaram que, apesar da relevância histórica da Fortaleza, existem ausências significativas na forma como o património cultural moçambicano é representado. Entre as críticas mais recorrentes, destaca-se a necessidade de incluir **narrativas alternativas** que contemplem a reação dos moçambicanos à ocupação colonial, bem como a exposição de objetos e imagens que retratem guerreiros e militares em ação durante os períodos de conflito.

4.2 A perceção dos visitantes sobre a história de Ngungunhane e as lacunas narrativas na Fortaleza de Maputo

Durante o estágio realizado na Fortaleza de Maputo, em 2024, o autor participou em atividades de orientação e esclarecimento histórico dirigidas a visitantes nacionais e estrangeiros, no âmbito das visitas ao espaço museológico. Num desses momentos de interação com o público, um grupo de visitantes, composto por duas cidadãs moçambicanas, aqui designadas ficticiamente como **Ana e Lídia**, e uma cidadã sul-africana, designada como **Nomsa** (nomes fictícios, por razões éticas e de privacidade), solicitou esclarecimentos adicionais sobre a figura de Ngungunhane, em particular sobre o significado histórico da sua prisão na Fortaleza de Maputo e a sua relação com o processo de ocupação colonial portuguesa.



Figura 6. Momento de interação com visitantes durante visita orientada à Fortaleza de Maputo.

Fonte: Amândio Orlando Uqueio, Fortaleza de Maputo, 2024.

As questões colocadas por Ana, Lúcia e Nomsa revelaram dificuldades em compreender a narrativa apresentada apenas com base nas informações disponíveis na exposição permanente. Em particular, tornou-se evidente a ausência de uma contextualização mais aprofundada da resistência africana e do papel político de Ngungunhane enquanto líder do Império de Gaza. A narrativa expositiva tende a apresentar o episódio da sua prisão de forma isolada, sem integrar plenamente o enquadramento mais amplo das dinâmicas coloniais e das estratégias de resistência desenvolvidas pelas sociedades africanas no final do século XIX.

À luz do conceito de *lugar de memória* formulado por Nora (1989), a Fortaleza de Maputo constitui um espaço onde determinadas memórias são selecionadas e institucionalizadas, enquanto outras permanecem marginalizadas. Contudo, como argumenta Peralta (2007), nos contextos pós-coloniais, a ressignificação desses espaços é frequentemente incompleta, mantendo-se discursos herdados do período colonial. A interação com as visitantes acima referidas confirma esta perspectiva, ao demonstrar que o público procura interpretações críticas e contextualizadas que não se encontram suficientemente expressas no discurso museológico.

Segundo Cabaço (2007), a memória histórica moçambicana é construída num campo de disputas simbólicas, marcado pela tensão entre a herança colonial e os projetos de afirmação da identidade nacional no período pós-independência. A percepção manifestada por Ana, Lúcia e Nomsa evidencia essa tensão, ao revelar a expectativa por narrativas que valorizem a agência histórica moçambicana e apresentem a resistência anticolonial como um processo complexo e estruturante da história nacional.

Deste modo, a interação com estas visitantes em torno da história de Ngungunhane não deve ser entendida como um episódio isolado, mas como um exemplo concreto das lacunas narrativas existentes na Fortaleza de Maputo. Este momento evidencia que a compreensão do passado colonial, tal como apresentada no espaço museológico, permanece incompleta, reforçando a necessidade de uma revisão crítica das narrativas históricas, de modo a integrar perspectivas africanas e responder às exigências interpretativas do público contemporâneo.

Alguns visitantes salientaram que a história apresentada no espaço ainda é fortemente marcada por uma perspectiva influenciada pelo legado português, defendendo que deveria existir uma versão construída e escrita por moçambicanos, capaz de refletir o “outro lado” da história. Outros apontaram para a ausência de elementos visuais e materiais que representem

a atualidade, sugerindo a inclusão de esculturas, fotografias e obras que retratem militares contemporâneos.

Foi também mencionada a escassez de objetos históricos ligados à resistência, como armas antigas, vestes tradicionais de combate e estátuas alusivas aos protagonistas moçambicanos das lutas anticoloniais. Embora parte dessa informação esteja disponível em livros e registos na biblioteca da Fortaleza, a falta de exposição física desses artefactos limita a experiência do visitante e enfraquece a ligação entre o discurso histórico e a materialidade do património.

Além dos aspetos militares, alguns participantes sugeriram que o espaço deveria incorporar mais elementos da cultura moçambicana artesanato, símbolos tradicionais, representações de práticas culturais para tornar a visita mais atrativa e reforçar a identidade nacional. Essa integração, segundo eles, aumentaria a curiosidade e o interesse dos visitantes, ao mesmo tempo que valorizaria a diversidade cultural do país.

Estas perceções revelam que, para muitos, a Fortaleza não deve ser apenas um local de preservação de memórias dominantes, mas também um espaço de inclusão de memórias alternativas e de valorização de objetos nacionais. Tal como defendem autores como Abreu (2008), Inguane (2007), Johnston (2014) e Peralta (2007), é fundamental que os discursos patrimoniais deem voz aos grupos e narrativas que historicamente foram silenciados, permitindo que o monumento reflita a pluralidade de experiências e identidades que compõem a história moçambicana.

4.3 Entrevistados Durante o Trabalho de Campo

A análise das lacunas narrativas presentes na Fortaleza de Maputo baseia-se em entrevistas, conversas informais, depoimentos escritos no Livro de Sugestões e observações realizadas junto de visitantes entre os dias 15 e 22 de agosto de 2025. As intervenções recolhidas revelam perceções recorrentes sobre limitações na narrativa histórica apresentada no espaço expositivo.

O visitante Marcelo (2025), entrevistado no dia 15 de agosto, afirmou que a exposição privilegia excessivamente o período colonial e as estruturas militares portuguesas, oferecendo pouca informação contextual sobre a resistência africana. Segundo o entrevistado, a figura de Ngungunhane é apresentada de forma reduzida, sem aprofundamento do seu papel político e simbólico na história moçambicana, o que dificulta a compreensão do significado da sua prisão na Fortaleza.

De forma semelhante, André (2025), entrevistado no dia 16 de agosto, destacou a ausência de uma narrativa clara sobre o impacto da ocupação colonial na população local. Para o visitante, a exposição carece de explicações mais acessíveis e contextualizadas, sobretudo para estudantes e jovens, o que limita o potencial educativo do monumento enquanto espaço de memória histórica.

A entrevistada Fátima (2025), no dia 18 de agosto, salientou que a narrativa expositiva não evidencia suficientemente as vozes africanas, concentrando-se maioritariamente em objetos e símbolos do poder colonial. Na sua perspetiva, a falta de testemunhos, histórias de resistência e referências à vivência dos africanos durante o período colonial contribui para uma leitura parcial do passado.

As mesmas preocupações são reiteradas nos registos do Livro de Sugestões da Fortaleza de Maputo (2025) e nos depoimentos de visitantes recolhidos a 20 de agosto de 2025, onde vários visitantes sugerem a inclusão de mais informações sobre a resistência anticolonial, o contexto histórico de Ngungunhane e a transformação simbólica da Fortaleza após a independência. Alguns comentários indicam dificuldades de compreensão da narrativa expositiva, especialmente por falta de mediação interpretativa adequada.

Durante a **cerimónia do Dia das Forças Armadas (2025)**, participantes e visitantes manifestaram interesse em compreender melhor a relação entre a Fortaleza, a história militar colonial e o processo de libertação nacional. No entanto, observaram que a narrativa apresentada no espaço não estabelece ligações claras entre o passado colonial e a construção do Estado moçambicano no período pós-independência.

Por fim, as **conversas informais com visitantes realizadas a 22 de agosto de 2025** confirmaram a existência de questionamentos frequentes sobre o significado histórico da Fortaleza. Muitos visitantes demonstraram curiosidade em relação à figura de Ngungunhane e à resistência africana, mas referiram que a exposição não responde de forma satisfatória a essas inquietações, evidenciando lacunas narrativas persistentes.

Em síntese, as intervenções dos visitantes indicam que a Fortaleza de Maputo, apesar de seu valor histórico e simbólico, ainda apresenta limitações na valorização da memória da resistência anticolonial. Essas lacunas reforçam a necessidade de revisão das narrativas expositivas, de modo a promover uma abordagem mais crítica, inclusiva e representativa da história de Moçambique.

A tabela a seguir resume os participantes entrevistados durante o trabalho de campo realizado em agosto de 2025.

Nome	Faixa Etária	Categoria	Data	Observações
Marcelo	Jovem adulto	Visitante	15/08/2025	Criticou ausência de narrativas moçambicanas.
André	Jovem adulto	Visitante	16/08/2025	Sugeriu inclusão de objetos da resistência.
Fátima	Estudante	Visitante	18/08/2025	Apontou falta de elementos culturais nacionais.
Participantes do Dia das Forças Armadas	Adultos/Idosos	Visitantes	25/09/2025	Notaram predominância colonial nas exposições.

4.4 Persistência de Narrativas Coloniais na Exposição Atual

A análise da exposição contemporânea revela que a Fortaleza ainda guarda vários elementos herdados do período colonial. Placas comemorativas, bustos, fotografias e legendas que exaltam feitos militares portugueses continuam visíveis em diferentes setores do espaço museológico (Florêncio, 2017: 111).

Santos (2009: 52) argumenta que muitos museus pós-coloniais enfrentam dificuldades em remover ou reinterpretar objetos coloniais, porque estes fazem parte do próprio acervo histórico e da forma como o espaço foi constituído. Assim, desmontá-los exigiria mais do que meios técnicos exigiria capacidade crítica, compromisso político e condições materiais.

Este fenómeno enquadra-se no que Achille Mbembe descreve como “sobredeterminação colonial” a tendência de espaços coloniais permanecerem presos às narrativas que os criaram, mesmo após a independência (Mbembe, 2001: 39).

4.5 Estratégias para suprir omissões e fortalecer a preservação da memória

As observações dos visitantes revelam que a preservação da Fortaleza de Maputo exige não apenas manutenção física, mas também uma **revisão e ampliação das narrativas e objetos expostos**. Para responder a essas lacunas, propõem-se as seguintes estratégias:

a) Inclusão de narrativas alternativas

Desenvolver conteúdos expositivos que contemplem a reação dos moçambicanos à ocupação colonial, incluindo episódios de resistência armada e cultural.

Produzir textos e painéis informativos escritos por historiadores moçambicanos, garantindo que a perspectiva nacional esteja presente e visível.

Incorporar testemunhos orais de descendentes de combatentes e líderes comunitários, transformando-os em material audiovisual para exibição.

b) Ampliação do acervo físico

Localizar, restaurar e expor armas antigas, vestes de combate e objetos utilizados pelos militares moçambicanos durante as lutas anticoloniais.

Criar réplicas de artefactos originais para permitir interação com o público, sem comprometer a integridade dos objetos históricos.

Integrar esculturas, fotografias e obras que retratem militares contemporâneos, estabelecendo uma ponte entre passado e presente.

c) Valorização da cultura moçambicana

Reservar espaços para exposições temporárias de artesanato, música, dança e outras manifestações culturais das diferentes regiões do país.

Criar uma “Sala da Cultura Nacional” dentro da Fortaleza, dedicada a mostrar elementos identitários que reforcem o orgulho e a diversidade cultural.

Organizar eventos culturais regulares, como feiras de arte e apresentações de grupos tradicionais, para atrair visitantes e dinamizar o espaço.

d) Modernização dos recursos museográficos

Utilizar tecnologia interativa, como ecrãs tácteis e realidade aumentada, para apresentar reconstruções históricas e permitir ao visitante explorar diferentes períodos da Fortaleza.

Criar visitas guiadas temáticas (por exemplo, “A Fortaleza na Resistência Anticolonial” ou “Memórias Vivas da Cultura Moçambicana”) para públicos específicos, como estudantes ou turistas culturais.

Disponibilizar audioguias em várias línguas, incluindo línguas nacionais, para ampliar o acesso e a compreensão.

e) Envolvimento comunitário e educativo

Estabelecer parcerias com escolas e universidades para desenvolver projetos de investigação e exposições colaborativas.

Criar programas de voluntariado para jovens, permitindo que participem na conservação e interpretação do património.

Promover concursos culturais e artísticos que incentivem a produção de obras inspiradas na Fortaleza e na resistência anticolonial.

4.4 Impacto esperado das estratégias propostas

A implementação destas medidas poderá:

Reforçar a identidade nacional, ao valorizar narrativas e objetos que refletem a história e a cultura moçambicana.

Aumentar o interesse turístico, tornando a Fortaleza mais atrativa para visitantes nacionais e estrangeiros.

Fortalecer a educação patrimonial, oferecendo experiências mais completas e interativas para estudantes e investigadores.

Conclusão

A análise da Fortaleza de Maputo, enquanto museu e monumento histórico, permitiu compreender que este espaço ultrapassa a sua função arquitetónica e militar original, assumindo-se como um **símbolo vivo da resistência anticolonial** e um lugar de memória fundamental para a construção da identidade nacional moçambicana. O estudo evidenciou que a preservação da Fortaleza não se limita à conservação física das muralhas ou à manutenção de exposições, mas envolve sobretudo a forma como as narrativas históricas são selecionadas, interpretadas e transmitidas às gerações atuais e futuras.

Constatou-se que, apesar dos avanços, como a inauguração da exposição permanente em 2014 e a utilização do espaço em cerimónias cívicas e educativas, persistem **lacunas significativas**. Entre elas, destacam-se:

a predominância de elementos coloniais ainda visíveis na musealização, que obscurecem a centralidade da resistência moçambicana;

a ausência de objetos materiais ligados diretamente aos guerreiros e combatentes nacionais (armas, vestes, estátuas, símbolos culturais);

a escassez de narrativas alternativas escritas e interpretadas a partir da perspetiva moçambicana, sem mediação colonial;

a limitada integração da comunidade local e das práticas culturais vivas no processo de valorização do monumento.

Estas lacunas revelam que a Fortaleza, embora reconhecida como património histórico, ainda não cumpre plenamente o seu potencial como espaço de **conservação e disseminação da memória da resistência anticolonial**. O debate realizado ao longo do trabalho mostrou que a memória não é neutra: ela é construída, disputada e, muitas vezes, silenciada. Assim, a Fortaleza deve ser entendida como um campo de disputa simbólica, onde diferentes vozes e interpretações precisam de ser incluídas para que o monumento reflita a pluralidade da história moçambicana.

Do ponto de vista académico, este estudo abre espaço para **novas linhas de investigação**. Futuras pesquisas poderão:

aprofundar a análise comparativa entre a Fortaleza de Maputo e outros monumentos africanos de memória anticolonial;

estudar o impacto das políticas públicas de património cultural na gestão e valorização da Fortaleza;

investigar a receção do monumento por diferentes gerações, explorando como jovens, adultos e idosos se relacionam com este espaço;

analisar o papel do turismo cultural na sustentabilidade económica e simbólica da Fortaleza.

Em síntese, a Fortaleza de Maputo permanece como um **património em construção**, cuja relevância ultrapassa a materialidade das suas muralhas. É um espaço de diálogo entre passado e presente, entre memórias coloniais e anticoloniais, entre silêncios e vozes emergentes. A sua preservação e valorização exigem não apenas políticas de conservação, mas também um compromisso coletivo com a inclusão de narrativas plurais, capazes de reforçar a identidade nacional e de transmitir às gerações futuras a memória da resistência que moldou Moçambique.

Referências Bibliográficas

Abreu, R. (2008). *Memória social e patrimônio cultural: reflexões sobre a construção de identidades*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Botelho, J. (1934). *História Militar de Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Cabaço, J. (2007). *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. Maputo: Ndjira.

Gonçalves, J. (2007). *Património cultural e identidade nacional em Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Inguane, A. (2007). *Memória e resistência: narrativas da luta anticolonial em Moçambique*. Maputo: UEM.

Johnston, R. (2014). *Heritage, memory and identity in postcolonial societies*. Londres: Routledge.

Nhaguilugwane, A. (2015). *A Fortaleza de Maputo: história, memória e património*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Nora, P. (1989). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Revista Projeto História*, 10, pp. 7–28.

Oliveira, C. (1965). *Fortificações portuguesas em Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Peralta, E. (2007). *Património e memória em contextos pós-coloniais*. Lisboa: ICS.

Rangel, C. (2017). *A Fortaleza de Maputo e a preservação da memória nacional*. Maputo: UEM.

UNESCO (2014). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO.

Fontes Orais e Documentais (2025)

Marcelo (2025). Entrevista realizada a visitante da Fortaleza de Maputo, 15 de agosto de 2025.

Moises Timba(2026). Entrevista realizada ao curador da Fortaleza de Maputo, 27 de janeiro de 2025

André (2025). Entrevista realizada a visitante da Fortaleza de Maputo, 16 de agosto de 2025.

Fátima (2025). Entrevista realizada a visitante da Fortaleza de Maputo, 18 de agosto de 2025.

Livro de Sugestões da Fortaleza de Maputo (2025).

Depoimentos de visitantes, 20 de agosto de 2025.

Participantes da cerimónia do Dia das Forças Armadas (2025).

Conversa com visitantes na Fortaleza de Maputo, 22 de agosto de 2025.